



1

2 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com**
3 **Deficiência de Criciúma – CODEC**

4

21/05/2025

5

Ata nº 04/2025

6 Ao vigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à
7 reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência –
8 CODEC, de forma presencial com a presença dos seguintes conselheiros (as): Maria
9 Antonia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social); Andrey Manoel Dos Santos
10 (Secretaria Municipal de Saúde); Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de
11 Criciúma – FCC); Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);
12 Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social - INSS); Maria Elizabeth
13 Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego); Laura Cristina Arbelo Parrot
14 (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana); Helenita Regina de Castro
15 Cipriano e Rindalta das Graças de Oliveira (Associação dos Deficientes Físicos de
16 Criciúma – JUDECRI); Ana Maria Gonçalves Alano (APAE e Diomicio Freitas); Aires
17 Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Sônia Regina Teixeira
18 (Ordem dos Advogados – OAB); Gabrielli Medio (SESI); Bianca Zacarias Nogueira
19 Felisberto e Danúbio Alves da Silva (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC);
20 Convidados (as): Sabrina (Diretoria Associação dos Surdos de Criciúma – ASC –
21 Intérprete). O Presidente Andrey Manoel dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde),
22 iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Questionou se
23 todos haviam assinado a ATA e o livro de presença, recebendo resposta afirmativa, deu
24 seguimento informando que, conforme deliberado na última reunião, foram solicitadas
25 informações a diversos órgãos. Um dos ofícios foi encaminhado ao CriciúmaPrev,
26 solicitando um levantamento sobre aposentados com algum tipo de deficiência. A
27 resposta encaminhada pela autarquia indicou que, na data de 05 (cinco) de maio de 2025,
28 havia 14 aposentados classificados como pessoas com deficiência (PCD), com a lista
29 nominal anexa. A Vice-Presidente Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos
30 Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI) manifestou insatisfação com os dados,
31 solicitando a leitura da lista para verificar se constava seu nome, que não foi encontrado.
32 O Presidente concordou que o número informado aparenta ser impreciso, considerando a
33 quantidade de profissionais envolvidos. O conselheiro Danúbio Alves da Silva
34 (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC) sugeriu que fosse solicitado ao
35 CriciúmaPrev um levantamento mais preciso, com foco nos aposentados por invalidez. A
36 Vice-Presidente ponderou que aposentadoria por invalidez não se confunde com
37 deficiência, uma vez que são conceitos distintos. O conselheiro Danúbio concordou, mas
38 observou que parte dos aposentados por invalidez pode, de fato, possuir alguma
39 deficiência. Helenita complementou afirmando que, embora a maior parte das



40 aposentadorias por invalidez possa decorrer de doenças, nem todas configuram
41 deficiência, reforçando que o número real de aposentados PCD deve ser inferior ao total
42 de aposentados por invalidez. O Presidente reiterou que a informação prestada não é
43 fidedigna, inclusive destacando que o cadastro da autarquia talvez não contemple
44 obrigatoriamente o dado sobre deficiência. Sugeriu, então, que tal informação passe a ser
45 coletada durante o recadastramento anual dos aposentados. O conselheiro Danúbio
46 apoiou a proposta, acrescentando que tal inclusão não deve ser uma mera opção do órgão,
47 mas sim uma determinação administrativa. Sugeriu que o Conselho encaminhe
48 solicitação formal ao Secretário-Geral, para que a determinação seja estabelecida. A Vice-
49 Presidente sugeriu que, além de solicitar novos dados, também sejam solicitados
50 esclarecimentos sobre os critérios e métodos utilizados pelo CriciúmaPrev na elaboração
51 da lista, bem como as fontes de informação. O Presidente, então, registrou que a
52 solicitação será refeita. Após, informou que foi solicitado à Diretoria de atos oficiais e de
53 Gestão de pessoas (RH) o levantamento sobre a quantidade de servidores ativos com
54 deficiência (PCD). O RH respondeu que não possui essa informação, devido a uma
55 mudança no sistema de gestão, ocorrida há aproximadamente três anos. Foi relatado pelos
56 conselheiros após pergunta do Presidente, que, embora existam candidatos que ingressam
57 via cota PCD, muitos optam por concorrer na ampla concorrência, sem que a condição de
58 deficiência seja registrada no sistema, comprometendo a precisão dos dados. Diante disso,
59 o Conselho propôs que o RH tenha, obrigatoriamente, em seu sistema, o registro da
60 condição de deficiência, mesmo quando o ingresso se dá por ampla concorrência, a fim de
61 garantir controle e gestão adequados. A Vice-Presidente sugeriu que cada Secretaria
62 Municipal realize um levantamento interno sobre seus servidores PCD, consolidando os
63 dados junto ao RH. A conselheira Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De
64 Emprego) reforçou a importância de que, além da identificação como PCD, sejam
65 registrados: o tipo de deficiência, o respectivo laudo médico e o CID. O Presidente
66 destacou que esses dados são fundamentais para embasar políticas públicas voltadas à
67 acessibilidade e à valorização dos servidores. O conselheiro Paulo André de Lima Kuckel
68 Mascarenhas (Gabinete do Prefeito) comentou sobre o atendimento de obrigações legais,
69 como cotas e critérios diferenciados de aposentadoria. O Conselho, por fim, deliberou
70 pela formalização de uma solicitação ao RH, orientando a realização de um censo interno
71 com os seguintes dados: Identificação do servidor PCD, tipo de deficiência, laudo médico
72 e CID correspondente. O Presidente deu continuidade à pauta abordando o andamento das
73 demandas junto à Diretoria de Trânsito e Transporte (DTT), com ênfase no requerimento
74 referente à concessão do Passe Livre no transporte coletivo para pessoas com deficiência
75 (PCD). Foi informado que, em 2 de maio, a DTT respondeu que ainda está em busca de
76 estagiários para realizar o procedimento, sem obter sucesso até o presente momento.
77 Houve insatisfação dos presentes quanto à demora e falta de respostas efetivas, uma vez
78 que a situação já se arrasta há mais de um ano, e foi ressaltada a necessidade de
79 contratação imediata. Ficou definido que, caso a Diretoria não apresente cronograma na
80 reunião, será encaminhado documento oficial ao prefeito, com prazo de sete dias para



81 resposta, e posterior acionamento do Ministério Público. Foi ressaltada a necessidade de
82 continuidade nas ações independentemente de mudanças na direção da Diretoria e
83 debatida a realização de reunião extraordinária para solução célere do problema. Em
84 relação à pauta, foi informado que a Associação Catarinense das Fundações Educacionais
85 (ACAFE) não compareceu devido a transição em sua diretoria, ficando agendada sua
86 apresentação para o próximo mês, quando detalhará o censo educacional estadual e
87 municipal. O Presidente sugeriu, para uma das próximas reuniões, convidar a Secretaria
88 de Educação, com o objetivo de apresentar ao Conselho como será a estrutura e o
89 funcionamento da "Casa Cidade do Autista". Em relação à ausência da DTT na reunião,
90 foi informado que a equipe encontra-se em atendimento externo, mas comunicou que
91 comparecerá. O secretário Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense –
92 UNESC) comunicou aos demais membros que, por intermédio da reitora Luciane Ceretta,
93 foi disponibilizado um veículo da UNESC no terminal de ônibus, destinado ao transporte
94 de passageiros que necessitam de assistência, garantindo assim maior acessibilidade. A
95 conselheira Rindalta solicitou que fosse registrado em ata que a disponibilização deste
96 veículo representa uma importante conquista para o Conselho, considerando as
97 dificuldades enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida para acessar as clínicas.
98 Na sequência, a conselheira Maria Elizabeth explicou como funciona atualmente o
99 sistema do SINE, ressaltando que qualquer trabalhador, inclusive pessoas com
100 deficiência, pode realizar cadastro online por meio do portal “maisemprego.mte.gov.br”.
101 Ela esclareceu ainda que não há mais carteira de trabalho física, sendo o atendimento
102 realizado exclusivamente pela carteira de trabalho digital. A conselheira destacou que o
103 sistema permite ao trabalhador visualizar vagas, se candidatar a entrevistas e
104 autogerenciar seu encaminhamento, podendo realizar até sete encaminhamentos diários
105 de forma autônoma. A conselheira Sônia observou que o CODEC não possui perfis em
106 redes sociais, o que foi confirmado. O presidente informou que encaminhará essa questão
107 para análise. Em seguida, o Presidente apresentou ao convidado Edno, superintendente de
108 trânsito da DTT, a luta do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência para a
109 implantação de um ponto de atendimento para confecção da carteirinha do passe livre no
110 terminal central, considerando que atualmente esse serviço é prestado apenas na sede da
111 DTT, local sem acessibilidade. Destacou-se que essa é uma demanda antiga do Conselho,
112 inclusive já tratada com o Prefeito Municipal, que orientou a resolução da questão.
113 Contudo, foi informado que há dificuldades para a disponibilização de estagiários, o que
114 motivou a sugestão de contratação de profissional efetivo, mediante concurso público. O
115 Sr. Edno manifestou seu apoio integral à causa, assumindo o compromisso, caso receba
116 autorização do prefeito, de alocar um agente de trânsito ou estagiário no terminal central,
117 garantindo a prestação do serviço com eficiência e acessibilidade. O conselheiro Danúbio
118 lembrou que já houve determinação do prefeito, em reunião realizada com a presença do
119 responsável pela DTT, para o atendimento dessa demanda, a qual ainda não foi cumprida.
120 O convidado Edno reforçou que, caso receba a competência, compromete-se a
121 implementar a medida de imediato. O presidente encaminhou que, na ausência do



122 prefeito, que está em viagem, buscará contato com o secretário-geral para tratar da
123 formalização do compromisso e efetivar a solução. A conselheira Ana Maria relatou a
124 dificuldade enfrentada por familiares de pessoas com deficiência vinculadas à Associação
125 Educacional Diomício Freitas, especialmente em relação à exigência de comprovação de
126 renda para a obtenção da carteirinha de transporte, o que impede o acesso de muitos
127 usuários ao benefício. O presidente sugeriu que a instituição formalize a demanda por
128 meio de ofício ao CODEC, para que seja encaminhado à Superintendência de Trânsito e,
129 se necessário, seja proposta a alteração legislativa pertinente. A Vice-Presidente
130 acrescentou que a legislação atual estabelece limites de renda que acabam por excluir
131 pessoas com deficiência que, apesar de não se enquadrarem como hipossuficientes, arcam
132 com elevados custos relacionados a tratamentos médicos e terapêuticos. O convidado
133 Edno, por sua vez, reforçou seu compromisso com a causa da acessibilidade e inclusão,
134 destacando a importância de que o servidor público compreenda sua função como
135 servidor do município e de toda a coletividade, independentemente das circunstâncias.
136 Após, prestou homenagem ao presidente do Conselho, reconhecendo sua dedicação,
137 sensibilidade e competência na condução dos trabalhos em prol das pessoas com
138 deficiência. O conselheiro Danúbio solicitou formalmente que a Diretoria de Trânsito
139 aumente a fiscalização quanto ao estacionamento irregular de veículos automotores sobre
140 calçadas, especialmente sobre o piso tátil. Relatou que, ao transitar pela cidade, observa
141 frequentemente veículos estacionados de forma inadequada, prejudicando a
142 acessibilidade. Citou como exemplo a Praça do Congresso, na Rua Barão do Rio Branco,
143 onde veículos estacionam com a traseira sobre o piso tátil devido ao espaço reduzido entre
144 a garagem e a calçada. Relatou situação semelhante na Rua São José, onde até veículos de
145 órgãos públicos, como o Correio, estacionam sobre o piso tátil para realizar entregas,
146 inclusive presenciando uma viatura da fiscalização que não tomou qualquer providência.
147 Ressaltou que a situação é recorrente em toda a cidade e que, embora a legislação permita
148 a livre circulação de veículos de transporte de valores, há falta de bom senso na utilização
149 das calçadas e, principalmente, sobre o piso tátil. O convidado Edno complementou com
150 dados sobre a mobilidade urbana, informando que o município possui atualmente cerca de
151 147.747 veículos, sendo 11.962 caminhões e ônibus, 31.095 motocicletas e cerca de 25
152 mil bicicletas. Destacou o aumento no número de mulheres habilitadas: de 40 mil em
153 2020/2021 para 55 mil em 2024/2025. Salientou ainda que, diariamente, 24 mil veículos
154 circulam pela Avenida Centenário e Marechal Deodoro, com um fluxo de 7 mil veículos
155 nos horários de pico. Na área central, o fluxo é de 8 mil veículos, incluindo a Praça Nereu
156 Ramos e áreas adjacentes como a Rua Araranguá e a Praça do Congresso. Apontou que a
157 fiscalização, embora presente, enfrenta resistência da população, que, ao ser alvo de
158 operações, frequentemente recorre aos meios de comunicação para criticar a chamada
159 “fábrica de multas”. Ressaltou que o comportamento inadequado de motoristas, ao
160 estacionarem irregularmente, prejudica a mobilidade urbana e que ações de fiscalização
161 são necessárias, ainda que impopulares. Enfatizou a importância de as pessoas
162 acompanharem o trabalho da fiscalização para compreenderem a complexidade do



163 serviço. O Presidente mencionou a lei nº 5919/2011 de autoria da vereadora Tati Teixeira
164 (in memorian), que trata de medidas constrangedoras a quem estaciona indevidamente em
165 vagas destinadas a pessoas com deficiência (PCD), sugerindo que o Conselho avalie a
166 possibilidade de realizar uma campanha educativa nesse sentido. A Vice-Presidente
167 relatou um caso que presenciou em um supermercado, onde, de dez veículos estacionados
168 em vagas destinadas a PCD, seis não apresentavam a credencial obrigatória. Destacou a
169 importância de conscientizar sobre o respeito a essas vagas e citou a presença de um
170 bilhete informativo em um dos veículos: “essa vaga não é sua”. O convidado Edno relatou
171 sua experiência ao assumir a Diretoria de Trânsito e Transporte (DTT). Contou que, ao
172 vistoriar a área, percebeu que a pintura da sinalização, como a vaga de idosos e a faixa de
173 pedestres, estava apagada, comprometendo a segurança. Determinou, então, a imediata
174 revitalização da sinalização, ressaltando a necessidade de respeito às pessoas que utilizam
175 o espaço, incluindo idosos e PCDs. Enfatizou a importância do comprometimento dos
176 servidores em atender a população de forma contínua, afirmando que quem não estiver
177 disposto a servir 24 horas não está adequado para a função. A conselheira Rindalta
178 emocionou-se ao relatar a situação de “Tony”, um deficiente visual que precisou entregar
179 sua carteira de transporte após ser orientado a ir ao Departamento de Trânsito e
180 Transporte, mas que, por sua deficiência, não conseguiu concluir o processo. Defendeu
181 que a luta do Conselho em prol da acessibilidade não é em vão e destacou a necessidade de
182 melhorar as condições de acessibilidade nos terminais de transporte coletivo. Relatou que,
183 embora todos os terminais possuam piso tátil, as filas formadas pelas pessoas ocupam o
184 espaço destinado ao deslocamento seguro de pessoas com deficiência. Citou, como
185 exemplo, o Terminal da Próspera, onde a formação de filas impede a passagem de
186 cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, sugerindo a adoção de medidas que
187 melhorem a acessibilidade e fiscalização nesses espaços. O Presidente sugeriu uma
188 conversa com o servidor Alan Nunes Cardoso (Diretor de Patrimônio), representante do
189 coletivo de empresas que administra os terminais, para promover campanhas de
190 conscientização sobre o uso adequado do piso tátil, integrando tais ações à política
191 institucional das empresas. Edno comprometeu-se a gravar um vídeo no terminal para
192 reforçar a campanha educativa. A conselheira Ana Maria apontou que muitas pessoas
193 acreditam que o piso tátil serve apenas para demarcar filas, desconhecendo sua real
194 função. Ressaltou que, com pequenas ações de orientação, é possível modificar essa
195 percepção e melhorar o uso adequado do espaço. O Secretário Aires propôs a construção
196 conjunta da ideia sugerida, organizando uma reunião com os representantes responsáveis
197 pela administração dos terminais para alinhar ações educativas. O Presidente concordou
198 com a proposta e sugeriu que a reunião ocorra antes do evento em setembro/outubro,
199 como parte de uma semana com diversas atividades relacionadas à conscientização e à
200 acessibilidade. O Secretário Aires recordou de campanhas que utilizavam objetos, como
201 carrinhos de supermercado ou cadeiras de rodas, para sensibilizar motoristas sobre o uso
202 indevido de vagas destinadas a PCDs, sugerindo que ações semelhantes sejam
203 implementadas na cidade. O Presidente agradeceu ao sargento pela exposição e destacou



204 a importância do sentimento compartilhado, reforçando o compromisso do Conselho em
205 buscar soluções efetivas. O convidado Edno manifestou sua disposição para, caso receba
206 a designação formal da Prefeitura, assumir a responsabilidade pela organização e
207 fiscalização dos terminais, garantindo melhorias na acessibilidade. A conselheira
208 Rindalta reforçou a necessidade de lideranças ágeis e empáticas à frente dessas ações,
209 mencionando a dificuldade que as pessoas com deficiência enfrentam ao transitar pela
210 cidade, especialmente em cruzamentos sem sinalização adequada. A Vice-Presidente
211 ressaltou que, para deficientes visuais, a situação é ainda mais delicada, especialmente na
212 espera pelo transporte coletivo, dado que não há mecanismos adequados para informar
213 sobre a chegada do ônibus correto. O Conselheiro Edno informou que a cidade possui
214 cerca de cem botueiras (botões de acionamento para travessia), mas que poucas delas são
215 adaptadas com sensibilidade adequada para pessoas com deficiência. Destacou a
216 necessidade de melhorar a orientação sobre o uso desses dispositivos, pois muitas pessoas
217 desconhecem sua função específica. O Presidente finalizou informando que, na próxima
218 reunião, as soluções já estarão encaminhadas, não sendo necessária convocação
219 extraordinária, pois os pontos da pauta foram todos contemplados. Antes do
220 encerramento, o conselheiro Danúbio apresentou um informe, solicitando aos membros
221 que divulguem, junto às suas entidades, a pesquisa que está sendo realizada pela UNESC
222 sobre a situação dos idosos no município. Reforçou a importância de que os idosos
223 recebam os pesquisadores sem receio, visto que a pesquisa, coordenada pela área de saúde
224 da UNESC, visa traçar um raio-X da realidade local e contribuir com políticas públicas
225 mais eficazes. Encerrando os assuntos a serem tratados, o Presidente agradeceu a
226 participação dos conselheiros e sem nada mais a tratar, finalizou a reunião. E eu, Giovana
227 Mendes Beloli lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os
228 presentes.

229

230 Maria Antonia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social);

231 Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde);

232 Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC);

233 Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);

234 Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social - INSS);

235 Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);



- 236 Laura Cristina Arbelo Parrot (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade
237 Urbana);
- 238 Helenita Regina de Castro Cipriano e Rindalta das Graças de Oliveira (Associação dos
239 Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI);
- 240 Ana Maria Gonçalves Alano (APAE e Diomicio Freitas);
- 241 Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);
- 242 Sônia Regina Teixeira (Ordem dos Advogados – OAB);
- 243 Gabrielli Medio (SESI);
- 244 Bianca Zacarias Nogueira Felisberto e Danúbio Alves da Silva (Associação dos Surdos de
245 Criciúma – ASC);